

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Bieging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-633-3

2026

João Carlos Corso

A ARQUEOLOGIA E O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS:

MST E CPT

RESUMO:

Trata-se de artigo que busca fazer aproximações entre as discussões da Arqueologia com a pesquisa sobre a História do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Comissão Pastoral da Terra. A problemática é pensar se é possível compreender os movimentos sociais contemporâneos por meio da análise da cultura material. As reflexões apresentadas neste artigo pretendem colaborar no diálogo entre História e Arqueologia.

Palavras-chave: Arqueologia, História, Movimentos sociais contemporâneos.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir possíveis aproximações entre a Arqueologia e o estudo da História dos Movimentos Sociais contemporâneos, principalmente enfatizando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Este trabalho está interligado à problemática da pesquisa que realizamos no programa de Doutorado em História da UFPR, na qual pretendíamos compreender as representações de Movimento Social e Igreja nos escritos da CPT e do MST no período de 1975 a 1997; analisar os embates políticos, conflitos ideológicos existentes entre CPT e MST; problematizar, através das narrativas da CPT e do MST, as variações discursivas e investigar as formas de manifestação do poder simbólico na CPT e MST.

Podemos iniciar com duas questões: é possível entender a História do MST e da CPT por meio de um estudo arqueológico, por meio da análise da cultura material? Quais as contribuições que a Arqueologia traz ao estudo do MST e da CPT?

A partir da análise de alguns textos produzidos por Arqueólogos procuramos destacar alguns elementos e interligá-los com nosso objeto de pesquisa. Algumas das temáticas desenvolvidas são: a manipulação dos dados arqueológicos para justificar o nazismo; a impossibilidade da neutralidade e objetividade que a História e a Arqueologia encontram; o passado legitimando o presente; como a Arqueologia foi utilizada para mostrar que a Europa era herdeira da ideia de civilização; o passado idealizado como algo glorioso; como o olhar para o passado passa por um foco do presente; o passado interpretado de diferentes modos dependendo do contexto em que é interpretado; a discussão em torno da ideia de legado, de herança do passado que é usada para justificar algo do presente;

o passado não é objeto do olhar só da História e da Arqueologia; as tentativas de inserção da História e da Arqueologia nas questões sociais; memória e esquecimento; controle sobre a memória; inovações da Arqueologia Histórica; rompimento com o eurocentrismo; olhar da Arqueologia para os espaços dos marginalizados; espaços de resistência e de sociabilidade; escravidão, racismo, ditaduras militares, novas temáticas.

Essas discussões próprias da arqueologia possibilitaram uma releitura do nosso objeto de pesquisa. Mesmo que em alguns casos não haja possibilidade de aproximação temporal ou até em termos de metodologia, nosso propósito foi fazer um exercício de análise por meio destas discussões provindas do campo arqueológico.

A primeira questão que destacamos é a constatação feita por OLIVER (2005) que a Manipulação de dados arqueológicos durante o nazismo demonstra que a Arqueologia, assim como a História, não é neutra e objetiva, estando passível de uso ideológico. Neste sentido é possível pensar que o estudo do MST e da CPT, por meio da análise de seus documentos, corre o risco de servir a interesses ideológicos. Por isso há necessidade de que o pesquisador se posicione frente ao seu objeto criticamente.

Oliver (2005) mostra como os nazistas procuraram provar a tese de que no período neolítico teria ocorrido a germanização dos povos indo-europeus. Para justificar questões do presente o nazismo apelou ao passado, inclusive por meio da arqueologia. Essa parece ser uma característica visível em qualquer grupo político, inclusive nos movimentos sociais é possível identificar esta necessidade de buscar no passado justificativas para as ações do presente. O próprio MST reforça sua existência no passado, como no movimento do Contestado ou em Canudos. A CPT também busca legitimar suas ações em textos bíblicos ou documentos da Igreja, sempre tentando demonstrar que está enraizada num passado.

Um exemplo desse uso do passado podemos verificar no texto a seguir: "Já no início da colonização branca no Brasil iniciou-se a luta pela terra. No início eram os índios resistindo, com as armas que tinham, à invasão dos colonizadores. Muito sangue índio, os legítimos donos, foi derramado em defesa da terra"(MST, 1986, p.3). Nota-se uma leitura da história do Brasil colônia centrada na questão da terra, onde o MST busca justificar que o problema agrário teria sido iniciado com a chegada dos portugueses.

A CPT também representa a história da ocupação da terra no Brasil como a história da concentração da propriedade da terra. Como também é compreendida como a história da resistência a essa concentração. "A história da ocupação da terra é também a história da luta entre os pequenos agricultores e os latifundiários" (CPT, 1981, p. 6). O passado torna-se importante para criar uma espécie de discurso fundador da luta pela terra.

Para Fabio Adriano Hering (2009), a Grécia Antiga foi construída enquanto "cultura ancestral" da "superior civilização ocidental" e busca mostrar como este discurso é construído a partir do nacionalismo como ideologia política. É interessante pensar que o nacionalismo foi extremamente importante enquanto ideologia e faz sentido até hoje, o próprio MST carrega muito de um discurso nacionalista. Por outro lado, a lógica do MST não parece ser a utilização do discurso do vencedor, da civilização ocidental, mas embasada na ideia do excluído, do vencido, do oprimido. Sendo que a ideia básica é enfatizar que os excluídos se unem para lutar contra o aquele que exclui.

Hering (2009) afirma que, tomando a Grécia como modelo de civilização, a Europa passou a estabelecer um processo de civilização do mundo ("missão civilizadora européia"). Mesmo que não haja uma ligação direta entre os objetos de estudos, é possível afirmar que essas análises, que são feitas em torno da Arqueologia, provocam algumas reflexões sobre o nosso objeto de pesquisa.

No caso da análise de Hering (2009), ele mostra com a Grécia passa a ser construída como modelo de civilização, uma construção que se valeu muito da Arqueologia para ser justificada. Sendo que a Europa se utilizou muito da ideia de que era herdeira dessa civilização e que, portanto, deveria civilizar o não europeu. Esse modelo de civilização é que criou as primeiras bases da construção da sociedade brasileira, onde civilizar significou escravizar negros e indígenas, significou criar uma sociedade extremamente desigual em termos de econômicos, onde uma pequena elite passou a deter posse da terra enquanto que a maioria da população não foi incluída nessa civilidade. Talvez isso ajude a explicar por que o MST e a CPT tentam mostrar que o problema das desigualdades no campo é frutos de uma história de exclusões.

A colonização da América por Portugal e Espanha foi efetivada por meio da justificativa de levar a civilização aos povos do novo continente. Evidente que essa pretensa “civilização” não foi tão positiva para a maioria dos habitantes do Brasil. Pois, ao contrário, essa idéia ajudou a justificar a dominação de uns poucos privilegiados sobre a grande maioria da população. Para Hering (2009), o próprio Hobsbawn defende que os discursos acadêmicos sobre o passado desempenharam o papel de legitimadores das ações Estado Nacional onde foram produzidos.

Os discursos produzidos pelos povos europeus (principalmente discursos oficiais), se contrastados com os discursos produzidos pelo MST, possibilitam-nos ver premissas diferenciadas, contexto históricos diferenciados, mas ao mesmo tempo ambos valorizam a ideia de herança, mesmo a ancestralidade sendo diversas. Ambos apontam como valor a tradição: para os Europeus a tradição legitima a dominação, enquanto o MST compreende a tradição pelo foco da resistência. Enquanto Britânicos e Alemães se diziam representantes de certas “raças” vitoriosas, o MST utiliza o embasamento de seus discursos no marxismo e principalmente na Teologia da Libertação. Entende que os oprimidos, os excluídos, devem lutar contra todas

as formas de exploração. Neste sentido a libertação dos excluídos pode ser entendida como uma forma de enfrentamento do modelo imposto historicamente pela Europa no processo civilizatório.

Seguindo a discussão apresentada por Hering nos deparamos com o conceito de “raça”, o qual tomou forma a partir de correntes evolucionistas. Sendo que justificava a formação de uma nação era o pertencimento à raça, o que muitas vezes era identificável por meio da língua.

A língua passa a ser a manifestação de um grupo étnico: identificável por meio de sua cultura material ou atributos físicos. Exemplo: nação, natus, nascido. Mas nação é algo construído, porém justificado como algo natural, ligado à ideia de que naquele território havia um povo descendente de uma raça. O nacionalismo por meio da questão racial e também com o argumento das fronteiras linguísticas conseguia construir alicerces para fundamentar a construção dos Estados-nação.

Diante das reflexões trazidas por Hering (2009) sobre a formação das nações européias, passamos a nos questionar sobre o nosso objeto: a CPT e o MST. Como pensar os movimentos sociais como o MST diante da problemática do nacionalismo? A ideologia nacionalista se faz presente no MST?

Como a construção da nação exigiu que uma memória fosse inventada, a História e a Arqueologia tiveram um papel importante em fornecer elementos teóricos para essa memória. Será que a construção do MST e da própria CPT também necessitou da construção de uma memória?

Neste ponto, para justificar a ideologia nacionalista, a História e a Arqueologia assumem a tarefa de encontrar uma “idade de ouro” ou “passado glorioso” para essas nações, uma espécie de herança biológica comum. É interessante ressaltar que o passado é visto

como modelo inspirador. Ao mesmo tempo ele ajuda a justificar as ações do presente.

Este passado glorioso tem feições interessantes no MST e na CPT, afinal eles também sentem a necessidade de justificar suas ações. A CPT tem recorrido à história dos Hebreus, através de textos bíblicos. Um exemplo é relacionar a luta pela terra atual com a luta do povo Hebreu que saiu do Egito para chegar à “terra prometida”. Já o MST utiliza muito desse passado bíblico, mas também busca inspiração em revoltas do passado como Canudos e o Contestado.

Segundo Hering (2009) a Grécia foi vista como berço da civilização europeia, sendo o Homem grego fruto de uma raça superior de origem ariana. O parentesco entre o grego antigo e o alemão moderno seriam uma forma de provar a superioridade cultural. Na Alemanha do século XIX atribuiu-se, por meio das ideias de nação, raça e linguagem a muitos achados arqueológicos da cultura germânica, de modo arbitrário e tendencioso. Houve a necessidade provar por meio da Arqueologia que havia laços genéticos e culturais dos germanos da antiguidade com os alemães da recém fundada nação alemã.

Como o passado pode ser utilizado para justificar questões pertinentes ao momento presente? Como a História e a Arqueologia podem ser utilizadas neste processo? É interessante perceber que a partir dessas questões postas torna-se necessário um processo de autoavaliação do trabalho do historiador. Principalmente por percebermos como as reflexões geradas numa pesquisa podem ser utilizadas para fins políticos, como foi o caso do nacionalismo.

Ainda a partir do trabalho de Hering (2009) chegamos à questão da utilização do símbolo da suástica pelos nazistas, ou seja, toda uma interpretação que vai tornar esse símbolo ligado à ideia de raça ariana, raça pura, poder do povo alemão, etc. A questão é pertinente, pois, ao trabalharmos com o movimento social (MST) e

com um dos setores da Igreja Católica (CPT), não podemos deixar de lado a análise do material simbólico ou do poder simbólico presente em seus discursos.

Não nos preocupamos com os símbolos propriamente, mas em como os símbolos são utilizados para gerar um sentido. Poderíamos pensar num exemplo que é a bandeira do MST, que tem um mapa do Brasil e um grupo de pessoas com ferramentas de trabalho na mão. Sem dúvida são símbolos abertos a interpretações, mas que passam por um processo de construção de uma interpretação predominante definida pelas lideranças do MST. Encontramos nos documentos do MST todo um ritual construído em torno da utilização da bandeira, quando usar, a quem presentear, tamanho da bandeira a ser usada em cada ato.

A bandeira é compreendida pelo MST como um dos elementos da chamada mística da luta pela terra. Ou seja, o elemento simbólico, bandeira, não é espontâneo, mas algo construído e que visa gerar um sentimento religioso, místico.

Outro autor que gostaríamos de dialogar é Glaydson José da Silva, o qual trata em seu trabalho dos usos do passado pela História Antiga. Afirma no início de seu texto que o seu trabalho é fruto de escolhas: do campo, do tema, de documentos etc. Sendo que estas escolhas “se encontram vinculadas ao papel do historiador como leitor-intérprete de um passado construído e/ou desconstruído, dizendo dos lugares constitutivos do discurso” (SILVA, 2007, p. 17).

Esta perspectiva de entender o historiador como intérprete de um passado é significativa e delimitadora, pois a partir dessa compreensão é possível superar aquela visão epistêmica que compreendia que a História detinha a verdade sobre o passado. Esta concepção do trabalho do historiador pode nos ajudar a definir melhor nosso modo de análise da história do MST e da CPT, nos

possibilita tomar consciência de que nossa análise do objeto será uma interpretação sustentada na análise dos documentos.

Silva deixa claro que seu trabalho “é elaborado segundo visão epistêmica que concebe a história ligada a modos discursivos de apreensão do passado” (2007, p. 17). A história produz discursos próprios sobre o passado, mas os discursos da História sobre o passado não são os únicos, as pessoas, os grupos sociais, as instituições, o Estado produzem seus discursos sobre o passado. Talvez a História e a Arqueologia produzam um discurso mais especializado sobre o passado, mas não pode ser atribuído a esse discurso o critério de pura verdade.

Na medida em que o historiador passa a refletir sobre o seu papel, sobre o significado de sua produção, sobre os usos possíveis de seu discurso, ele gera mudanças na forma de fazer a História. “A consciência de que o historiador produz, com seu ofício, espaços, tempos, indivíduos e práticas (...) tem aportado, desde algumas décadas, significativas mudanças para a epistemologia da história.” (SILVA, 2007, p. 17).

Segundo Silva (2007) a área de “estudos clássicos” aparece como se estivesse afastada das questões políticas modernas, mas na verdade essa espécie de “torre de marfim” presta um serviço, no sentido de reforçar a ideia de superioridade da cultura europeia, sendo que foi na modernidade e na contemporaneidade que os europeus sentiram a necessidade de se afirmarem como superiores.

As relações entre passado e presente devem ser problematizadas, já que o passado pode ser usado para justificar questões do presente. E se isso é válido para quem pesquisa História Antiga também é válido para quem estuda a História Contemporânea, pois parece que a tendência é de olharmos o passado a partir do nosso foco, que está situado no presente.

Outro ponto importante ressaltado por Silva (2007) é que o discurso sobre o passado passa pelo interesse de estabelecer vínculo do presente com algo do passado, “herança antiga”. Essa ideia de herança é algo que vai dar sustentação às ações do presente. Este exemplo ocorre no MST, que muitas vezes busca se colocar como herdeiro das lutas sociais do passado, como o Contestado ou Canudos. No discurso elaborado principalmente pelo MST, praticamente todas as revoltas populares tiveram como motivo a luta pela terra:

“O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra. Chegam ao final do século XX sem ainda ter conquistado, em sua plenitude, esse direito.” (FERNANDES, 1998, p. 26).

O MST se intitula herdeiro das lutas pela terra: “Assim, reconhecemos todas as lutas que existiram pela conquista da terra no Brasil e nos consideramos ‘herdeiros’ de todas elas” (BOGO, 1998, p. 17). Esse discurso, que visa mostrar o MST como herdeiro de todas as lutas anteriores, motivadas pela questão da terra, quer dar um significado de continuidade. Ao mesmo tempo em que busca mostrar que houve avanços, evolução na luta pela terra. Passou-se do espontâneo para uma organização complexa.

Silva (2007) afirma que o século XX é marcado por uma espécie de “obsessão pela comemoração”, pela memória. Como se houvesse a necessidade de reforçar algo do presente por meio da comemoração de um feito do passado, ou porque se percebeu que há necessidade de reforçar uma determinada história do passado (como no caso dos Estados Modernos) que foi construída.

A história, que é discurso sobre o passado, passa-se no presente. Desse modo o que o historiador ou o arqueólogo analisam recebe o foco do presente. O olhar sobre o passado recebe interferência do presente. “Importa saber é que a história é um discurso

sobre o passado e, como todo discurso é bem representativo da visão de mundo na qual foi concebido”(SILVA, 2007, p. 28).

Diante dessa afirmação fica clara a necessidade do Historiador refletir sobre o seu ofício, estar consciente dos limites e dos desdobramentos que podem ter. Como afirma Silva: “Cabe ao historiador estar atento a dois âmbitos, duas faces de seu domínio, a dos limites epistemológicos e a dos agenciamentos discursivos” (2007, p. 29). Precisa saber até onde os fundamentos teóricos lhe possibilitam chegar e ao mesmo tempo ficar atento para não ficar preso a modelos impostos de interpretação. Silva (2007) levanta estas questões para depois se perguntar: É possível fazer, escrever a história da antiguidade? Que tipo de história se pode escrever? Esse questionamento parece encontrar resposta na ideia de interpretação. O Historiador interpreta o passado, com base em pressupostos epistemológicos, mas não isento de subjetividade.

A história antiga é lida por um presentismo, as interpretações irão depender de cada momento em que se lê a história. O interessante é perceber como cada contexto vai buscar algo no passado, dependendo das necessidades próprias do contexto presente. Silva mostra neste aspecto como a Antiguidade Grega ou Romana será interpretada de vários modos dependendo de cada época.

O foco dessas interpretações é a ideia de herança, querer mostrar, por exemplo, que a Europa Renascentista é herdeira da cultura da Grécia e da Roma antiga, a herança pode ser então uma forma de valorizar e justificar as ações do presente.

“Aos historiadores, arqueólogos e estudiosos do mundo antigo hoje talvez caiba uma problematização maior em torno da ideia de herança, de herança do mundo clássico. Talvez caiba, mesmo, recusar a herança atribuída às sociedades modernas e indagar, a esse propósito, quem são os beneficiários dessa herança clássica e o que eles reivindicaram e reivindicam.” (SILVA, 2007, p. 31).

A ideia de herança possibilita pensar o passado. Pensar como a sociedade, os grupos sociais buscam no passado algo para se afirmarem no presente. A sociedade atual, apesar de parecer querer abolir toda a presença do passado, utiliza o passado quando lhe interessa.

O passado é resgatado, é desenterrado para possibilitar a sua utilização no sentido de criar um elo entre o presente e o passado. "O papel da herança tem sempre seu lugar, sempre atuando no sentido de justificar, pela ideia de legado" (SILVA, 2007, p. 32). Busca-se no passado apenas o que interessa, há um ocultamento daquilo que pode gerar contradição. Veja o caso que Silva apresenta em relação à leitura que os Europeus fazem da História Antiga para justificar suas ambições de dominação:

"Preocupados em definir-se em relação aos selvagens, aos primitivos, os europeus do XVII e do XVIII vão buscar, na Antiguidade, referenciais legitimadores de sua ascendência étnica - romana ou grega - e sua consequente superioridade, criando, a partir daí, um espelho onde os ocidentais pudessem mirar essa mesma superioridade, no suplantar de suas origens mestiças, construindo-se à medida que construíam os outros." (SILVA, 2007, p. 32).

Desse modo os indígenas latino-americanos foram classificados como inferiores por não possuírem nenhum vínculo, nenhuma herança com os gregos ou romanos, não sendo considerados pelos europeus como civilizados. O interessante é perceber que esta forma de classificar os povos da América latina teve efeito de sentido na prática. Esse modelo de civilização foi imposto e ajudou no processo de exploração desses povos. Ajudou a criar um processo de oposições: selvagens sul-americanos de um lado e europeus civilizados de outro, inferiores de um lado e superiores de outro, bárbaros de um lado e civilizados de outro.

"A essência dessa dinâmica de oposição residirá na interpretação da diversidade como inferioridade e terá como

corolário, sob o pretexto de civilizar o outro, práticas império-colonialistas e justificativas de dominação de cunho classista.” (SILVA, 2007, p. 34).

Dentro de uma dinâmica que usa o mito, a memória e a história, as nações europeias se valem dos mitos para justificar suas formações de Estado nação. O império romano será interpretado, imaginado e construído de diferentes maneiras para justificar outros impérios como o Inglês e o Francês. A Grécia também foi utilizada neste sentido de justificar a continuidade da civilização ocidental.

“Justificador dos impérios modernos, o Império Romano ajuda a construir os pertencimentos, as identidades, as nacionalidades, em universo de empréstimos simbólicos, sentidos construídos e interpretações falseadas, em muitas tentativas das nações europeias de estabelecer “passados apropriados”. (SILVA, 2007, p. 36).

A ponte desta discussão com nosso estudo, sobre o MST e a CPT, fica muito clara com as afirmações de Raoul Girardet, lembrado por Silva (2007), de que hoje não há movimento político que não busque no passado sua legitimidade. Hobsbawn também defende a ideia de que há uma necessidade de inventar tradições que legitimem as ações.

Talvez a grande diferença seja que alguns movimentos políticos usaram a História e a Arqueologia, enquanto disciplinas, com todo seu aparato discursivo para tentar fazer o vínculo com o passado. Já os movimentos sociais utilizam suas próprias leituras da história para fazer essa ligação com o passado. O MST é um exemplo de movimento social que faz sua própria leitura da história, buscando elementos no passado que ajudem a reforçar e legitimar a luta pela terra.

A interpretação que o Movimento faz da história do Quilombo dos Palmares e do líder Zumbi visa mostrar que esse evento histórico

tinha relação com a luta pela terra, e que ele foi destruído por força do latifúndio:

“Também os negros tiveram heróicas lutas na busca da terra que lhes garantisse a liberdade. Centenas e até milhares de negros fugiam da escravidão e organizavam os Quilombos, onde a terra era de todos, cultivada por todos. (...) O mais famoso foi o Quilombo de Palmares. (...) A força dos donos das terras esmagou à força e à bala esta experiência dos negros, matando seu grande líder Zumbi. O latifúndio não podia permitir que estas experiências se multiplicassem, porque senão faltariam braços para trabalhar suas terras” (MST, 1986, p. 3).

No caso da CPT é preciso lembrar que a Igreja teve a iniciativa de criar, em 1973, o CEHILA (Comissão de estudos de história da Igreja na América latina). Este órgão buscou ler a história a partir da ótica dos oprimidos, dos empobrecidos, dos explorados. Talvez a História e a Arqueologia ainda não tenham se dado conta que elas não são as únicas que produzem discursos sobre o passado. As empresas, os movimentos sociais, o Estado, a Igreja, enfim outros organismos da sociedade também fazem suas leituras do passado. A História e a Arqueologia têm um foco acadêmico no passado, buscam analisar o passado por meio de teorias e suportes epistemológicos, buscam dar um status de ciência ao conhecimento que produzem sobre o passado.

Mas mesmo dando um caráter científico ao conhecimento produzido não há como isentar a História e a Arqueologia de usos ideológicos, como afirma Silva: “Instrumento ideológico da história e da arqueologia, essa memória fabricada exerceu grande papel na definição de propósitos colonizadores...” (2007, p. 37).

A questão é tão séria que Silva (2007) demonstra, baseado em Diaz-Andreu, que não haveria profissão do arqueólogo se o nacionalismo não tivesse triunfado como ideologia política. Desse modo, fica claro que o Historiador e o Arqueólogo não têm como afirmarem que

analisam a sociedade e sua história a partir de uma “torre de marfim”. Estão inseridos no meio social, sofrendo interferência de todos os lados e tendo que produzir conhecimentos sobre o passado.

Não somente se usa o passado, também se destrói o passado indesejado, aquele não glorioso, se expurga os períodos decadentes. “Reportando a um passado autêntico ou mítico, mas sempre glorioso, o nazismo, assim como o fascismo, encontrará, nas tendências colossais da arquitetura neoclássica, uma das formas mais virulentas de se afirmar.” (Silva, 2007, p. 45).

O uso que o nazismo faz da arquitetura, quando busca fazer edificações que causem admiração, é algo que parece comum a quem exerce algum tipo de poder político. Como se uma obra de grande magnitude fosse uma forma de inserir o nome na história.

Talvez o que possa explicar essa busca de entrar para a história, por meio da construção de algum tipo de edificação, esteja associado à própria forma tradicional da História ser escrita. Onde se valorizava os grandes heróis, os grandes feitos, a história monumental. A Arqueologia tradicional também tem este interesse nos grandes monumentos, por isso valorizou tanto as escavações das ditas “grandes civilizações”, como a Romana, a Grega, a Egípcia.

Desse modo é possível explicar que essa ambição do nazismo, por algo monumental, não seria uma novidade. O problema é que, para chegar a essa construção, utilizou-se de todas as formas arbitrárias de eliminação daquilo que não poderia vincular-se a ideia de um Estado Ariano. “O nazismo, visto de séculos à frente, deveria dar àqueles que o olhassem de uma longa distância temporal a ideia da grandiosidade daqueles que o viveram, a ideia da existência de uma raça limpa, pura, civilizada.” (SILVA, 2007, p. 46).

As reflexões de Silva (2007) apontam para os usos do passado, tendo um foco emblemático na construção de Vercingetórix como herói francês, como, em determinado momento da história da

França, esse personagem da Antiguidade passou a ser importante na história contemporânea da França. Este caso de Vercingetórix é bem exemplar. Mostra como algo do passado pode ter em um contexto histórico um significado e como em outro contexto passa a ter outro.

As memórias da nação visam o controle do passado. Quando os Estados formados na ideologia nacionalista do século XIX buscam memórias que reforçam a ideia de que é legítima a sua existência, estão na verdade instituindo uma verdade sobre o passado. Como afirma Silva: “controlar a memória é controlar a verdade” (2007, p. 58). O interesse não é a valorização da história de um povo, mas poder usar do passado para instituir o Estado Nação, ou outro objetivo que necessite fundamentação no passado.

“Característica comum a diversos países europeus, essa (re) elaboração das histórias e das memórias nacionais, apesar de remontar a períodos os mais longínquos, tem uma institucionalização bem datada, pois nasce com a constituição da história como disciplina.” (SILVA, 2007, p. 60).

A memória histórica passa um processo dinâmico que envolve não só a valorização da memória, mas que é algo seletivo, onde sempre há algo que se busca esquecer, esconder, ignorar. Neste ponto a Arqueologia também tem a experiência de escavar apenas algo pré-definido, muitas vezes também ignora, deixa de lado objetos que possam contradizer a história que se quer construir. A cada momento político uma leitura da história com esquecimentos, rejeições, lacunas. Sempre há o que incluir e o que se excluir da memória.

Outro autor que contribuiu para as nossas reflexões foi o Antropólogo Argentino Luis Fondebrider (2006). Em seu texto procura fazer um balanço da Arqueologia e Antropologia Forense na Argentina. Mostra-nos como a Arqueologia se deparou com o objeto “desaparecidos políticos”, vítimas da ditadura militar na Argentina, uma das mais violentas da América Latina. Destaca-se a participação

de estudantes de arqueologia nos trabalhos de buscas de corpos. Estes ajudaram a identificar os corpos por vontade própria. O engajamento desses estudantes mostra que o objeto não era algo separado de suas vidas. Ao contrário, a ditadura militar deixou marcas profundas na sociedade Argentina.

Essa é uma demonstração que a Arqueologia também está procurando lidar com o passado recente. Fica claro que há neste caso um processo de inserção num contexto político, onde o próprio Arqueólogo precisa se colocar numa postura política. Não há como ficar neutro diante de um objeto como este. Lidar com temáticas, como as ditaduras na América latina e com a história do MST, têm em comum o fato de esses temas gerarem impactos na realidade atual. Estas temáticas estão ainda vivas. Temática como estas fazem com que o pesquisador tenha que se posicionar frente ao objeto.

Ao buscarmos analisar a história do MST e da CPT também acabamos tendo lidar com algo muito próximo, algo da história recente. É interessante pensar a História por muito tempo limitou temporalmente seu objeto de análise. A Arqueologia, inicialmente preocupada com objetos de análise da pré-história, só foi se abrir à possibilidade de analisar fatos da história mais recente na chamada Arqueologia Histórica.

Neste mesmo caminho de engajamento da arqueologia na Argentina, visando abrir novas possibilidades de conhecimento sobre a história recente, é que trabalha Alejandro F. Haber (2006). Para Haber a tortura que ocorreu na Argentina durante a ditadura militar tinha como objetivo instituir um regime de verdade. A tortura tinha como objetivo impor uma versão da história. Os que sofreram a tortura pagaram um alto preço por oferecerem outra leitura da história, a qual os militares não queriam deixar aflorar.

Haber (2006) procura mostrar que não há como insistir em manter a Arqueologia de modo objetivista, dentro dos padrões de

cientificidade impostos pela tradição arqueológica. No entendimento do autor não é possível se colocar numa postura de neutralidade diante de fatos tão brutais como estes, como o próprio genocídio sofrido pelos indígenas.

No entendimento deste autor a Arqueologia sul-americana é herdeira de um processo em que a disciplina evitava a reflexão sobre temáticas como das torturas, colocando-se numa postura de neutralidade. Segundo ele essa herança é negativa e a arqueologia deveria iniciar um processo de reflexão a esse respeito.

“Es hora sacurdirse las rémoras culturales que han enseñado a enunciar las tradiciones indígenas pasadas como arqueológicas y a las vivientes como folklóricas, a los indígenas como pretéritos y a lo arqueológico como a-la-mano del conocimiento científico.” (Haber, 2006, p. 143).

Para Haber (2006) não há como ser neutro no tratamento desses objetos. O arqueólogo terá que refletir sobre os impactos de sua pesquisa no desfecho de histórias como essas.

Outro ponto importante é apontado por Zarankin e Niro (2006) quando afirmam que: “Los objetos son considerados elementos activos y dinámicos, y solo pueden ser interpretados dentro de los contextos históricos y sociales de los cuales forman parte” (p. 165). Estes dois autores tratam de analisar as estruturas da arquitetura dos locais onde eram aprisionados os presos políticos da ditadura Argentina. Eles deixam claro que há necessidade da arqueologia compreender o contexto do objeto. Há indícios de que encontramos mais um ponto comum entre as reflexões da arqueologia com nosso objeto de pesquisa. Ao definir que iria analisar os discursos elaborados pelo MST e pela CPT, acabamos tendo que adotar muitos pressupostos da “análise do discurso”. Um dos pressupostos é a necessidade de compreender o discurso dentro de seu contexto.

Neste ponto é possível perceber que o contexto, onde se encontra o objeto de pesquisa, seja ele um discurso ou algo da

cultura material, pode ajudar no entendimento e na análise que o historiador ou o arqueólogo irão pretender. Neste sentido, história e arqueologia podem dialogar.

Outro autor que traz reflexões que nos ajudam a pensar o nosso trabalho é o arqueólogo Gabino La Rosa Corzo (2005), o qual analisa a resistência escrava. Ele desenvolve uma reflexão em torno do significado dos espaços sociais. Mostra como estes espaços sociais possuem em seu interior relações de poder. A partir de suas reflexões passamos a nos perguntar como analisar os espaços de resistência a partir da cultura material e das suas relações de poder. Corzo (2005) nos mostra como a Arqueologia histórica tem superado as visões eurocêtricas. E desse modo tem conseguido focar os espaços dos marginalizados. O que é importante ressaltar é que essa nova forma de entender a Arqueologia tem interesse de focar na vida cotidiana dos marginalizados, por meio da análise da cultura material.

A partir das idéias de Corzo (2005) passamos a nos questionar se daria para fazer alguma relação entre o estudo sobre os sem terra e o estudo sobre os escravos em Cuba. Pensar o espaço em que o escravo fugitivo habitou e o espaço que o sem terra habitou, como, por exemplo, os acampamentos à beira de estradas, muito utilizado nos primeiros anos de atuação do MST. Percebe-se que as reflexões de Corzo (2005), mesmo não tendo um foco na história mais recente, podem nos ajudar a pensar algumas categorias de análise. Poderíamos fazer uma comparação entre os espaços do escravo fugitivo e o espaço do sem terra. Enquanto o escravo procurou manter um distanciamento em relação à sociedade cubana, adentrando em locais de difícil acessibilidade, procurando certa camuflagem na mata, num outro contexto histórico, é possível perceber que o sem terra buscou espaço à beira de estradas ou rodovias. Isso ocorreu para que pudessem impactar a sociedade, para serem visualizados. Normalmente os acampamentos foram situados em locais de fácil acessibilidade e buscavam apoio na sociedade para sua luta.

Outra questão que aparece no trabalho de Corzo (2005) foi a forma de encontrar o local das casas dos escravos fugitivos, pois havia um aplainamento do piso das habitações e o endurecimento do mesmo pelo uso. Esse é outro aspecto que poderia ser usado para estudar antigos acampamentos dos sem terra. Como os acampamentos dos sem terra eram provisórios, feitos com lona preta, ali permaneciam até serem assentados ou até ocuparem alguma área de terra. Durante este tempo que passavam no acampamento desenvolviam uma convivência social. Este espaço de sociabilidade poderia ser estudado pela Arqueologia. Provavelmente esse tipo de aplainamento e o endurecimento do local onde eram armadas as barracas de lona devem ter deixado vestígios, além de que seria possível analisar pela cultura material disposta no local, como o próprio lixo produzido ali. Há ainda a análise do apalancamento, que daria para comparar de alguma forma com as ocupações de terras promovidas pelo MST. Pois a ideia não era apenas a fuga, mas criar espaços para dar continuidade à vida: plantar, fazer casas, ter família, etc. Sendo que estes aspectos também parecem ter prevalecidos nas ocupações. O MST procurava ocupar algumas áreas para que as pessoas pudessem começar a produzir e, ao mesmo tempo, como uma forma de forçar o Estado a fazer a Reforma Agrária.

“O apalancamento, como forma de resistência ativa dos escravos, representa, do ponto de vista social, um nível superior com relação à fuga simples ou à fuga em quadrilhas ou bandos, já que ele significava não apenas a evasão, a liberdade e a unidade em pequenos grupos, como também a possibilidade de viver em comunidade, construir moradias, criar filhos e, em definitivo, reproduzir a vida familiar.” (CORZO, 2005, p?).

O conceito de apalancamento possibilita pensar as ocupações de fazendas pelo MST como algo relacionado. Pois a ideia de ocupar propõe a continuidade do grupo, querer produzir na terra, forjar a desapropriação da área para efetivar uma situação de legalidade. Mesmo o apalancamento sendo algo feito em locais totalmente

escondidos, visava à continuidade daquele grupo, por isso Corzo (2005) afirma ser uma forma de resistência.

Outro autor que traz contribuições importantes é Charles E. Orser Jr. (2005), que em seu artigo: "O desafio da raça para arqueologia histórica americana", apresenta as reflexões em torno do conceito de "raça" na arqueologia. Para ele este conceito e as ideais racistas são poucos discutidos pela Arqueologia, mesmo percebendo que esses ideais racistas geram "efeito de sentido" historicamente. Dá para perceber que há um grupo na Arqueologia disposto a questionar os paradigmas que sustentaram a disciplina, pois estão envolvendo-se com temáticas polêmicas como é a questão racial nos Estados Unidos. Isso mostra a abertura que está ocorrendo na disciplina.

"Fazer distinções entre remanescentes materiais de diferentes povos parece, primeira vista, uma dinâmica bastante simples. Tal rotina toma como pressuposto a idéia de que indivíduos com tradições particulares dariam forma e se serviriam de objetos sensivelmente distintos daqueles relacionados com outros indivíduos em outras tradições." (ORSER, 2005, p?).

O autor chama atenção para uma questão fundamental: para quem olha de fora da Arqueologia pode pensar que é muito simples analisar o passado por meio da cultura material. Mas na verdade é algo complexo, pois um grupo social poderia ter um objeto material que não tem traços ligados à cultura daquele grupo. Ou um determinado grupo étnico deveria possuir determinado tipo de cerâmica, mas não se encontra nada no local de escavação. De fato, para se conseguir analisar a cultura material é necessário suporte teórico e técnico. O arqueólogo passa a treinar criticamente o olhar, pois, do contrário, não conseguiria trazer nenhuma contribuição para a pesquisa.

"Alguns estudiosos da Arqueologia Histórica têm adotado abordagens muito mais sofisticadas, concebendo os artefatos como símbolos de uma identidade de grupo: em vez de vê-los como uma espécie de receptáculo estático de

uma certa etnicidade, eles podem ser vistos como presas de livre manipulação consciente por parte dos seres humanos.”(ORSER, 2005, p.?).

Neste ponto percebemos mais uma possibilidade de diálogo com a questão da análise do discurso, pois ela procura nos documentos escritos ou fotos a presença do simbólico. Se a arqueologia passa adotar os artefatos por meio do simbólico, isso permite aproximação. Neste aspecto é importante ressaltar que o simbólico é algo carregado de sentido. Poderíamos pensar num artefato que como uma espada, ela poderia ser compreendida de modo simples como uma arma, porém ela pode carregar outros significados, pois ela pode ser símbolo de algo que só pode ser compreendido olhando para o contexto histórico onde foi utilizado.

Orser afirma que é necessário: “Ver os artefatos como ferramentas com as quais se pode manipular a ordem social quando criar e promover um sentimento de pertencimento.” (2005, p?). Como se um grupo social ou étnico, por possuir determinado objeto, pudesse compreender-se como participante do todo social.

Poderia pensar o sem terra estigmatizado que por ser pobre, desempregado, passaria a se identificar com o MST. A ponto de quando utilizar uma camiseta ou boné, com a insígnia do MST, passar a compreender-se não mais como sem terra estigmatizado e sim como Sem Terra, como alguém que pertence a um movimento social.

Um exemplo interessante ocorre no discurso religioso que visa mostrar que “Deus” se identifica com as lutas populares, com os trabalhadores rurais, com as ações que a CPT desenvolve. “lavé é o Deus vivo que salva o seu povo” (CPT, 1987, p 4) e ao mesmo tempo procura desqualificar as ações daqueles que são contrários às lutas populares quando se afirma: “Quem está satisfeito com a exploração e a morte são os ídolos, os deuses falsos” (CPT, 1987, p 4). Também é interessante perceber como a CPT procura justificar o envolvimento dela enquanto órgão da Igreja nas ações junto aos trabalhadores

rurais, pois a justificativa é de que a população empobrecida é que pede ajuda a Igreja. “É da situação de exploração do pobre que vem o apelo novo e violento à Igreja, para que os clamores do povo, para não se instalar no espaço fechado do templo, mas se preocupar com os sofrendores” (CPT, 1987, p 4). A identidade da própria CPT transparece no documento: “A CPT, que nasceu dentro dessa situação social e eclesial, descobriu nela o sentido da sua atuação e de sua própria existência: é o serviço na defesa e reconstrução da vida, a partir da luta pela terra” (CPT, 1987, p 7). A CPT quer demonstrar que se identifica com a luta pela terra e com a defesa da vida daqueles que estão lutando pela terra: os trabalhadores rurais sem-terra. “A CPT promove e dá forças aos lavradores e trabalhadores rurais para que eles, junto com as outras classes oprimidas conquistem o lugar principal sociedade” (CPT, 1987, p. 7).

O pobre sem terra passa a se sentir valorizado ao participar desta Pastoral da Igreja. O simbólico revelado na interpretação bíblica e por meio do desenvolvimento de uma mística gera o sentimento de pertencimento. Mas isso também ocorre ao participar do MST. O sem terra passa a se identificar como o SEMTERRA, não mais estigmatizado, mas como sujeito construtor de sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras que realizamos foi possível perceber que historiadores e arqueólogos têm procurado romper com os métodos tradicionais, questionando como a Arqueologia tradicional serviu de ferramenta para justificar a dominação de algumas nações Europeias sobre outros povos, como latino americanos e africanos, por meio das políticas da colonização. É importante perceber como a Arqueologia Histórica está buscando se aproximar de temáticas mais desafiadoras e polêmicas, como as ditaduras da América latina, a questão racial, a escravidão etc. Neste aspecto percebemos uma possível

aproximação da Arqueologia Histórica com a renovação que vem ocorrendo na História Política e na História Cultural. Ficou claro que se está buscando novos objetos, novos métodos, novas formas de se relacionar com a sociedade e de repensar o passado, a memória.

Sabemos que nossas tentativas de aproximar as reflexões da Arqueologia nosso estudo sobre os movimentos sociais foi bem preliminar, mas conseguimos perceber que há possibilidade de diálogo.

Há uma clara intenção da Arqueologia Histórica de produzir interpretações mais próximas da sociedade, se se aproximar de temáticas mais significativas para a população, e não somente seguindo interesses do Estado ou da Universidade, neste sentido, procurando dar um caráter menos elitista à sua análise. Inclusive buscando formas de aproximar o público dos resultados das pesquisas, fazendo com que os museus tenham uma função mais educativa.

Percebemos também que a Arqueologia Histórica busca uma maior autonomia, querendo romper com a ideia de que era uma ciência auxiliar, ou um instrumento da História. Isso não impede de haver convergências de trabalhos com outras áreas, como a História, a Antropologia, a Sociologia etc. Possibilita ainda o diálogo interdisciplinar onde houver temáticas comuns, ou então pelo contexto histórico comum, como também pela metodologia comum.

REFERÊNCIAS

CORZO, Gabino La Rosa. 2005. Os Espaços da resistência escrava em Cuba. /n: FUNARI, Pedro Paulo A.; ORSER JR, Charles E.; SCHIAVETTO, Solange Nuner de Oliveira. (org). **Identities, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume, Fapesp.

FONDEBRIDER, Luis. 2006. Arqueologia y Antropologia forence: um breve balance. /n: FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés. (compiladores). **Universidad Nacional de Catamarca**, Encuentro Grupo Editor.

FUNARI, Pedro Paulo A.; ORSER JR, Charles E.; SCHIAVETTO, Solange Nuner de Oliveira. (org). 2005. **Identidades, discurso e poder**: Estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume, Fapesp.

HABER, Alejandro F. 2006. Tortura, verdad, represión, Arqueología. *In*: FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés. (compiladores). **Universidad Nacional de Catamarca**, Encuentro Grupo Editor.

HERING, Fabio Adriano. As peculiaridades modernas da Grécia Antiga: nacionalismo e Arqueologia na Europa do século XIX (o caso de Heinrich Schliemann). *In*: www.anph.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/fabio.htm. Em 06/10/2009.

OLIVER, Laurente. 2005. Arqueologia do 3o Reich e a França: notas para servir ao estudo da banalidade do mal em Arqueologia. *In*: FUNARI, Pedro Paulo A.; ORSER JR, Charles E.; SCHIAVETTO, Solange Nuner de Oliveira. (org). **Identidades, discurso e poder**: Estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume, Fapesp.

ORSER JR, Charles E. 2005. O desafio da raça para a Arqueologia Histórica Americana. *In*: FUNARI, Pedro Paulo A.; ORSER JR, Charles E.; SCHIAVETTO, Solange Nuner de Oliveira. (org). **Identidades, discurso e poder**: Estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume, Fapesp.

SILVA, Glaydson José da. 2007. **História Antiga e usos do passado**: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume, Fapesp.

ZARANKIN, Andrés. NIRO, Cláudio. 2006. La materialización del sadismo. Arqueología de la arquitetura de los centros clandestinos de detención de la dictadura militar argentina (1976-1983). *In*: FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés. (compiladores). **Universidad Nacional de Catamarca**, Encuentro Grupo Editor.

BOGO, Ademar. 1998. MST. **A vez dos valores**. Caderno de formação n 26. São Paulo, pp. 17.

CPT. 1981. **Realidade Agrária**. Comissão Pastoral da Terra do Paraná, pp. 6.

CPT - Comissão Pastoral da Terra: Seu compromisso eclesial e político. 24 de março de 1987. CPT Nacional. Goiânia, pp. 4.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 1998. MST. **Gênese e Desenvolvimento**. Caderno de formação n 30. São Paulo, pp. 26.

MST. 1986. **História da luta pela terra**. Caderno de Formação n. 2. MST/RS, pp. 3.

João Carlos Corso

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em História (UNESP/Assis - UNICENTRO). Graduado em Filosofia (PUC - MG). Professor Associado do Departamento de História da UNICENTRO – Irati.

Email: corso@unicentro.br